

William Douglas
Eugênio Rosa de Araújo
André Luiz Maluf Chaves

OMISSÃO INCONSTITUCIONAL

E REVISÃO GERAL ANUAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS

Razões pelas quais o STF deve dar cumprimento
ao art. 37, X, da Constituição Federal



Niterói, RJ

2014



© 2014, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

Projeto Gráfico: Editora Impetus Ltda.

Editoração Eletrônica: SBNigri Artes e Textos Ltda.

Capa: L. Felipe Silva

Revisão de Português: C&C Criações e Textos Ltda.

Impressão e Encadernação: Printing Solutions & Internet 7 S.A.

D733o

Douglas, William, 1967-

Omissão inconstitucional e revisão geral anual dos servidores públicos : razões pelas quais o STF deve dar cumprimento ao art. 37, X, da Constituição / William Douglas, Eugênio Rosa de Araújo e André Luiz Maluf Chaves. – Niterói, RJ: Impetus, 2014.

224 p.; 16 x 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7626-800-0

1. Direito constitucional – Brasil. 2. Controle da constitucionalidade – Brasil. 3. Brasil – Servidores públicos. I. Araújo, Eugênio Rosa de II. Chaves, André Luiz Maluf. III. Título.

CDD- 342.816206

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

A **Editora Impetus** informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

www.impetus.com.br

SUMÁRIO

Nota Prévia	1
Introdução	27
Capítulo 1 – Bases para a Efetividade do Art. 37, X, da Constituição.....	29
1.1. Neoconstitucionalismo, princípio da força normativa da Constituição e doutrina da efetividade	30
1.2. Diálogos constitucionais.....	43
1.3. Separação e harmonia entre os Poderes	51
Capítulo 2 – A Omissão Inconstitucional como Fenômeno Jurídico	
Próprio	59
2.1. Ocorrência de uma omissão inconstitucional	60
2.2. Omissão inconstitucional do Executivo	63
2.3. Omissão inconstitucional total e parcial.....	65
2.4. Controle concentrado da omissão inconstitucional pela via direta: Ação de Inconstitucionalidade por Omissão	68
2.5. Controle difuso de inconstitucionalidade por omissão pela via incidental: Mandado de Injunção e outros meios	71
Capítulo 3 – Omissão Inconstitucional do Art. 37, X, da Constituição Federal de 1988: Existem Possibilidades de Efetivação?.....	75
3.1. Revisão geral anual na Constituição de 1988: EC 19/98	75
3.2. Omissão inconstitucional do art. 37, X, da Constituição e o entendimento do STF.....	81
3.3. Decisões que buscaram efetivar o art. 37, X, da Constituição	86
3.4. Consequências da omissão	92

3.4.1. Violação de direito garantido constitucionalmente e enfraquecimento da força normativa da Constituição	92
3.4.2. Custo social da omissão.....	93
3.4.3. Crime de responsabilidade	96
3.5. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão no STF: possibilidade de avanço diante dos recentes julgados e da PEC 185/2012.....	98
3.6. Possibilidade de procedência em ação ordinária com pedido de indenização por danos materiais e morais à luz da doutrina portuguesa.....	107
3.7. Possibilidade de procedência em ação ordinária com pedido de obrigação de fazer consistente em reajustar a <i>remuneração básica</i> : índice de reajuste e finanças.....	121
Capítulo 4 - Indexação, Sentenças Aditivas e o Art. 37, X, da Constituição	129
Considerações Finais: A Eficácia Possível e Necessária	143
Referências	177
Anexo	183